



## **X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO**

### **PRIMEIRA PROVA ESCRITA**

1. Conforme a Constituição Federal em vigor, as conclusões das comissões parlamentares de inquérito:

- a) serão encaminhadas, necessariamente, ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores;
- b) serão encaminhadas, se for o caso, ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores;
- c) serão encaminhadas ao Ministério Público somente na hipótese de promoção de responsabilidade criminal dos infratores;
- d) serão encaminhadas ao Ministério Público somente na hipótese de promoção de responsabilidade civil dos infratores.

2. Podem propor ação de inconstitucionalidade, por força da Constituição Federal vigente:

- a) o Presidente da República, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical, entidade de classe;
- b) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Prefeito de Município, o Procurador-Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional;
- c) o Presidente da República, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Prefeito de Município, o Procurador-Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil, partido político, confederação sindical, entidade de classe de âmbito estadual;
- d) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional.

3. Determina a Constituição Federal vigente que não compete privativamente à União legislar sobre:

- a) águas;
- b) serviço postal;
- c) propaganda comercial;



d) criação, organização e supressão de distritos.

4. Considerando a proteção constitucional conferida aos índios, assinale a alternativa incorreta:

- a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;
- b) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei;
- c) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco;
- d) são anuláveis os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser a lei complementar.

5. São princípios indissociáveis, relativos às universidades, por força da Constituição Federal vigente:

- a) ensino e pesquisa;
- b) ensino, pesquisa e extensão;
- c) ensino e extensão;
- d) pesquisa e extensão.

6. Em virtude da Constituição Federal vigente, aos reconhecidamente pobres, na forma da Lei, são gratuitos:

- a) o registro civil de nascimento, o registro civil de casamento e a certidão de óbito;
- b) o registro civil de nascimento e o registro civil de casamento;
- c) o registro civil de nascimento e a certidão de óbito;
- d) o registro civil de nascimento, o registro civil de casamento, a certidão imobiliária e a certidão de óbito.

7. Nos termos da Constituição Federal vigente, não compete aos Estados da Federação e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- a) propriedade de veículos automotores;
- b) transmissão *causa mortis* de quaisquer bens ou direitos;
- c) produtos industrializados;
- d) doação de quaisquer bens ou direitos.



8. Não compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, como manda a Constituição Federal em vigor:
- nos crimes de responsabilidade, os Comandantes do Exército;
  - o crime político;
  - a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
  - o *habeas corpus*, quando o paciente for funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal.
9. Em virtude da Constituição Federal em vigor, o mandado de injunção será concedido:
- para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros de entidades de caráter público;
  - quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
  - quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos constitucionais inerentes ao devido processo legal;
  - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso judicial.
10. Determina a Constituição Federal em vigor que o militar da ativa que, no termos da Lei, tomar posse em emprego público civil temporário, de natureza não eletiva:
- enquanto permanecer no emprego público civil temporário, não poderá ser promovido na carreira militar;
  - enquanto permanecer no emprego público civil temporário, poderá ser promovido na carreira militar por antiguidade ou merecimento;
  - enquanto permanecer no emprego público civil temporário, poderá ser promovido na carreira militar somente por antiguidade;
  - enquanto permanecer no emprego público civil temporário, poderá ser promovido na carreira militar somente por merecimento.
11. Assinale a alternativa incorreta:
- são fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, o pluralismo político, a dignidade da pessoa humana, a cidadania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
  - é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
  - nas relações internacionais, o Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da concessão de asilo político e da interdependência dos povos;
  - o Brasil é uma federação indissolúvel e constitui-se em Estado Democrático de Direito.



12. Em se tratando de argüição do descumprimento de preceito fundamental prevista no parágrafo 1º do artigo 102 da Constituição Federal, disciplinada pela Lei n. 9.882, de 03.12.99, assinale a alternativa incorreta:

- a) pode ser proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- b) qualquer interessado poderá solicitar, mediante representação, a propositura de argüição de descumprimento de preceito fundamental ao Procurador-Geral da República;
- c) admitir-se-á argüição de descumprimento de preceito fundamental ainda que houver outro meio eficaz de sanar a lesividade;
- d) cabe liminar, que poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, salvo se decorrentes de coisa julgada.

13. Segundo as regras constitucionais relativas aos servidores públicos, é correto afirmar-se que:

- a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, cuja validade será de dois anos, improrrogáveis;
- b) é garantido ao servidor público civil ou militar o direito de livre associação sindical;
- c) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- d) as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, por dolo ou culpa, causarem a terceiros.

14. Tratando-se de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, assinale a alternativa incorreta:

- a) compete à União e aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, sendo que as benfeitorias serão indenizadas em dinheiro;
- b) são insuscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, a propriedade produtiva, bem como a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;
- c) são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;
- d) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a propositura da ação de desapropriação pelo ente público competente.

15. Assinale a alternativa incorreta:



- a) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que o país seja parte;
- b) são direitos individuais a associação para fins lícitos, a criação de associações, e sua dissolução compulsória ou suspensão de atividades apenas por decisão judicial, exigindo-se, na primeira hipótese, trânsito em julgado;
- c) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos e de obtenção de certidões em repartições públicas, para quaisquer fins;
- d) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, à comunicação imediata da prisão ao juiz competente, à informação sobre seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, e à assistência da família e de advogado.

16. É assegurado ao servidor público:

- a) a impossibilidade da sua exoneração *ad nutum* quando ocupante de cargo em comissão;
- b) a impossibilidade da sua demissão unilateral quando ocupante de emprego público e praticada falta grave nos termos da CLT;
- c) a impossibilidade da sua exoneração por excesso de despesa quando servidor estável;
- d) a impossibilidade da sua exoneração por ter sido declarado extinto ou desnecessário o cargo quando servidor estável.

17. A atividade da desconcentração ou descentralização da administração pública federal propicia que:

- a) seja criada autarquia por Decreto Presidencial;
- b) seja autorizada a instituição de empresa pública ou sociedade de economia mista por ato do Ministro da Fazenda;
- c) seja por lei específica autorizada a instituição de fundação, cabendo a lei complementar definir a sua área de atuação;
- d) independe de autorização legislativa a participação da sociedade de economia mista em empresa privada.

18. Absolvido por insuficiência de provas em decorrência de sentença penal, com trânsito em julgado, o servidor público acusado de crime de prevaricação, deverá a administração pública, face ao processo administrativo disciplinar que apura a mesma falta funcional:

- a) arquivá-lo sob idêntica fundamentação do decreto penal absolutório;
- b) arquivá-lo com base na força da *res judicata*;
- c) prosseguir na apuração da falta funcional frente a ocorrente independência das instâncias penal e administrativa;



d) prosseguir simplesmente na apuração da falta funcional frente a total independência das instâncias penal e administrativa.

19. Condiciona, a legislação licitatória, para a eficácia dos atos praticados, a ratificação do superior hierárquico e a publicação oficial do ato quando ocorrer:

- a) somente a dispensa da licitação;
- b) tanto a dispensa como a inexigibilidade da licitação;
- c) somente o retardamento motivado da execução do contrato, pois a dispensa e inexigibilidade estão previstas na própria lei;
- d) tanto a dispensa como a inexigibilidade e o retardamento motivado.

20. A empresa pública federal que explora prestação de serviços, apesar de sujeitar-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, consoante o § 1º, do inciso II, do art. 173, da CF, pode ter reconhecida:

- a) a sua responsabilidade objetiva por danos causados por seus agentes e a impenhorabilidade de seus bens;
- b) a sua responsabilidade aquiliana por danos causados por seus agentes e a penhorabilidade de seus bens;
- c) a sua responsabilidade objetiva por danos causados por seus agentes e a penhorabilidade de seus bens;
- d) a sua responsabilidade aquiliana por danos causados por seus agentes e a impenhorabilidade de seus bens.

21. No exercício regular do poder de polícia, visando apurar infração à legislação em vigor, que não seja de natureza funcional ou tributária, o procedimento administrativo submete-se:

- a) a prescrição de 10 anos verificada da prática do ato infracional;
- b) a prescrição intercorrente, por inércia, caso decorra mais de três anos, quando pendente o procedimento de julgamento ou despacho;
- c) ao mesmo prazo da prescrição da lei penal ainda que o fato não constitua crime;
- d) a prescrição de 10 anos verificada do dia em que tiver cessada a infração considerada permanente ou continuada.

22. Na desapropriação por interesse social, da propriedade rural improdutiva, para fins de reforma agrária, a União distribuirá títulos de domínio ou concessão de uso dos imóveis rurais aos beneficiários, desde que observado:

- a) ser o beneficiário homem, independente do seu estado civil, ou ser a beneficiária mulher, desde que casada;
- b) o título de domínio será negociável após dez anos e a concessão de uso será inegociável;
- c) tanto o título de domínio como a concessão de uso são negociáveis após dez anos;



d) a concessão de uso será negociável após dez anos e o título de domínio será inegociável.

23. As emissoras de rádio e televisão, na qualidade de concessionárias ou permissionárias do serviço público federal e como meios de comunicação social coletiva, não podem:

- a) ser, só diretamente, objeto de monopólio;
- b) ser, direta ou indiretamente, objeto de monopólio ou oligopólio;
- c) ser, só diretamente, objeto de oligopólio;
- d) ser de propriedade de brasileiro naturalizado há mais de 10 anos, requisito só exigido às empresas jornalísticas.

24. A alienação de bens imóveis da União depende:

- a) de ato do Presidente da República, dispensado o parecer do SPU (Serviço de Patrimônio da União), podendo a competência do ato ser delegada ao Ministro da Fazenda;
- b) de ato do Presidente da República, precedido de indispensável parecer do SPU (Serviço de Patrimônio da União), podendo a competência do ato ser delegada ao Ministro da Fazenda, permitida a subdelegação;
- c) de ato do Presidente da República, dispensado o parecer da Secretaria da Receita Federal, podendo a competência do ato ser delegada ao Ministro da Fazenda, permitida a subdelegação;
- d) de ato do Presidente da República, precedido do indispensável parecer da Secretaria da Receita Federal, podendo a competência do ato ser delegada ao Ministro da Fazenda, não permitida a subdelegação.

25. Para assegurar a efetividade do direito a “todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225, § 1º, da CF), foi recentemente instituído por lei:

- a) o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) ;
- b) o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais);
- c) o Ministério do Meio Ambiente;
- d) o SFNB (Sistema Federal da Natureza Brasileira) .

26. À vista da competência constitucional tributária em relação à divisão geopolítica nacional podemos afirmar que:

- a) os impostos estaduais e municipais do Território Federal competem à União, independentemente da existência de municípios no seu território;
- b) os impostos estaduais e municipais somente competem ao próprio Território Federal, mesmo frente à existência de seus municípios;



- c) os impostos estaduais competem ao Território Federal e os impostos municipais aos seus respectivos municípios;
- d) os impostos estaduais e municipais cumulativamente competem à União quando o Território não for dividido em municípios.

27. Diante de iminente confronto bélico externo, a União poderá instituir:

- a) empréstimo compulsório, mediante processo legislativo ordinário e impostos compreendidos na sua competência tributária, mediante medidas provisórias;
- b) empréstimo compulsório, mediante lei complementar, e impostos extraordinários, compreendidos ou não na sua competência tributária;
- c) empréstimo compulsório, mediante lei complementar, e impostos não previstos na sua competência tributária, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição, mediante medidas provisórias;
- d) empréstimo compulsório e impostos extraordinários, compreendidos ou não na sua competência tributária, mediante medidas provisórias.

28. Considerando as limitações constitucionais ao poder tributante, é correto afirmar que a legislação tributária deve observar:

- a) limitações ao tráfego de pessoas e bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, inclusive a cobrança de pedágio pela utilização das vias;
- b) limitações ao tráfego de pessoas e bens, por meio de tributos federais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização das vias;
- c) normas esclarecedoras aos consumidores quanto aos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- d) isenções instituídas pela União de tributos da competência dos Estados, para evitar a “guerra fiscal”, mas não quanto aos tributos das competências do Distrito Federal e dos Municípios.

29. O princípio constitucional da legalidade (Art. 5º, II, da CF), quando aplicado ao direito tributário, levando em conta a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior; essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, implica em confirmar que:

- a) somente por lei pode-se proibir a importação de bens no território nacional;
- b) tanto por lei como por ato do Ministro da Fazenda pode-se proibir a importação de bens no território nacional;
- c) somente por medida provisória, regulamentada por Decreto Presidencial, pode-se proibir a importação de bens no território nacional;
- d) é necessária lei complementar à proibição da importação de bens no território nacional.





30. A regra da seletividade em função da essencialidade dos produtos onerados pelo IPI (imposto sobre produtos industrializados) será contrastada pela legislação que lhe institui alíquotas quando:

- a) as alíquotas forem menores aos produtos destinados a sobrevivência das pessoas;
- b) as alíquotas forem maiores aos produtos supérfluos;
- c) as alíquotas forem mais elevadas em relação aos produtos de primeira necessidade;
- d) as alíquotas forem menos elevadas em relação aos produtos que integram a denominada “cesta básica” do trabalhador.

31. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza não incidirá:

- a) sobre os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pela previdência social da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, nos limites da lei, a pessoa com idade superior a 65 anos, cuja renda seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho;
- b) sobre acréscimos patrimoniais outros que não sejam relativos à renda ou proventos;
- c) sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;
- d) quando proveniente de renda arbitrada ou presumida pela autoridade fiscal.

32. O regime aduaneiro especial do “draw-back” caracteriza-se pela:

- a) suspensão dos tributos incidentes face o trânsito aduaneiro da mercadoria importada;
- b) suspensão dos tributos incidentes face a admissão temporária da mercadoria importada;
- c) suspensão dos tributos incidentes face ao beneficiamento da mercadoria importada e a ser exportada;
- d) suspensão de tributos incidentes face a guarda da mercadoria no entreposto aduaneiro e desde que destinada à exportação.

33. Para a regularidade e observância do devido processo administrativo-fiscal, o MPF (Mandado de Procedimento Fiscal), em consequência ao ato de fiscalização, não será exigido quando:

- a) relativo ao tratamento automático das declarações (malhas fiscais);
- b) depois de realizado o despacho aduaneiro;
- c) da fiscalização que implique em quebra do sigilo bancário do contribuinte;
- d) o auditor-fiscal entenda necessário à fiscalização do contribuinte.

34. No tocante as contribuições sociais que financiam à seguridade social (Art. 195 da CF) é correta a exegese que leva à compreensão de que:

- a) não pode a legislação ordinária conceder perdão ou anistia das contribuições sociais sobre a folha de salários, ainda que o montante do débito seja inferior ao limite fixado em lei complementar;



- b) não pode a legislação ordinária conceder remissão ou anistia das contribuições sociais sobre a receita ou o faturamento das empresas, qualquer que seja o limite do débito;
- c) pode a legislação ordinária conceder perdão ou anistia das contribuições sociais do trabalhador e segurados, ainda que o montante do débito seja superior ao limite fixado em lei complementar;
- d) pode a legislação ordinária conceder a remissão ou anistia das contribuições sociais sobre o lucro das empresas, qualquer que seja o limite do débito.

35. Considerando a Lei 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública, a ação de execução fiscal poderá ser promovida:

- a) somente no domicílio ou na residência do executado, por não servir o CPC de aplicação subsidiária;
- b) no foro da situação dos bens donde originou a dívida, ainda que este não seja o do domicílio ou residência do executado, por opção da Fazenda Pública, valendo-se da aplicação subsidiária do CPC;
- c) onde for mais conveniente à Fazenda Pública, mesmo sem aplicação subsidiária do CPC;
- d) onde for mais conveniente ao executado, com aplicação subsidiária do CPC.

36. Assinale a resposta incorreta:

- a) pelo princípio da territorialidade, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, e as embarcações e aeronaves mercantes de bandeira brasileira, onde quer que se encontrem;
- b) pelo princípio da extraterritorialidade, sujeita-se à lei brasileira, embora cometido em outro país, o crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou seja aqui domiciliado;
- c) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei brasileira aos crimes de tortura quando, embora cometidos no estrangeiro, seja a vítima brasileira, ou encontre-se o agente em local sob jurisdição brasileira;
- d) a lei posterior, que de qualquer forma favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda que haja sentença condenatória transitada em julgado.

37. Assinale a alternativa correta:

- a) segundo o Código Penal, a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado;
- b) a omissão é penalmente irrelevante quando o agente não tenha, por lei, a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, ainda que, com seu comportamento anterior, tenha criado o risco da ocorrência do resultado;
- c) em caso de arrependimento posterior, previsto na Parte Geral do Código Penal, o Juiz pode diminuir a pena de um a dois terços, desde que não implique aplicação de pena abaixo do mínimo legal;



d) a tentativa de crime é sempre punível com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

38. Assinale a alternativa correta:

- a) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime não exclui o dolo;
- b) o erro sobre a ilicitude do fato sempre isenta de pena;
- c) a coação irresistível e a estrita obediência a ordem de superior hierárquico não manifestamente ilegal são causas de exclusão de ilicitude;
- d) o reconhecimento do estado de necessidade como causa excludente de ilicitude, na sentença penal, faz coisa julgada no juízo cível.

39. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a participação de menor importância, assim reconhecida na sentença, é causa de diminuição de pena;
- b) a confissão espontânea da autoria do crime é circunstância que sempre atenua a pena;
- c) no concurso de causas de aumento ou de diminuição da pena previstos na Parte Geral do Código Penal pode o Juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo a causa que mais aumente ou diminua;
- d) a pena não poderá ser atenuada em razão de circunstância anterior ou posterior ao crime, ainda que relevante, se não prevista expressamente em lei.

40. Atendendo ao critério trifásico de aplicação da pena, o Juiz:

- a) a primeira fase, fixa a pena-base segundo os critérios do art. 59 do Código Penal; na segunda fase, faz incidir, sobre a pena-base, as causas de aumento e diminuição; na terceira fase, faz incidir, sobre a pena-base, as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- b) na primeira fase, fixa a pena-base segundo os critérios do art. 59 do Código Penal; na segunda fase, faz incidir, sobre a pena-base, as circunstâncias atenuantes e agravantes; na terceira fase, sobre a pena apurada na fase anterior, faz incidir as causas de aumento e de diminuição;
- c) na primeira fase, fixa a pena-base segundo os critérios do art. 59 do Código Penal; na segunda fase, faz incidir, sobre a pena-base, as causas de aumento e de diminuição; na terceira fase, sobre a pena apurada na fase anterior, faz incidir as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- d) na primeira fase, fixa a pena-base segundo os critérios do art. 59 do Código Penal; na segunda fase, faz incidir, sobre a pena-base, as qualificadoras e as causas de aumento e de diminuição; na terceira fase, sobre a pena apurada na fase anterior, faz incidir as circunstâncias agravantes e atenuantes.

41. Assinale a alternativa incorreta:

- a) nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão;



- b) antes do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, a prescrição regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime;
- c) para efeitos de prescrição, somam-se as penas dos crimes praticados em concurso material;
- d) não se computam, no lapso prescricional, os aumentos de pena correspondentes ao concurso formal e à continuidade delitiva.

42. Assinale a alternativa incorreta:

- a) nos termos da Lei n. 9.983, de 14/07/00, nos crimes de apropriação indébita previdenciária, julga-se extinta a punibilidade se o agente, após o início da ação fiscal e antes do recebimento da denúncia, promover o pagamento das contribuições previdenciárias, inclusive acessórias;
- b) nos termos da Lei n. 9.983, de 14/07/00, nos crimes de sonegação de contribuição previdenciária, pode o juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, e o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior àquele estabelecido como sendo o mínimo para ajuizamento de execuções fiscais;
- c) nos crimes de imprensa previstos na Lei n. 5.250, de 09/02/67, a prescrição da pretensão punitiva ocorre em dois anos, independentemente da pena cominada ao delito, e a prescrição da pretensão executória no dobro da pena aplicada na sentença;
- d) as diversas condutas previstas no art. 12 da Lei n. 6.368, de 21/10/76, relativas ao crime de tráfico de entorpecentes, refletem crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado, havendo delito único se uma conduta absorve ou é fase de execução de outra.

43. Qual, dentre os entendimentos abaixo não corresponde, em todos os seus termos, a enunciado de Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

- a) quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido;
- b) a reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva;
- c) a reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial;
- d) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual.

44. Assinale a alternativa incorreta:

- a) no crime de roubo qualificado pelo resultado de lesão grave ou morte, as penas são acrescidas de metade, se a vítima não é maior de catorze anos;
- b) aplica-se ao crime de estelionato, em que figure como vítima entidade autárquica de previdência social, a qualificadora do parágrafo 3º do art. 171 do Código Penal;
- c) no crime de peculato, a condição de servidor público do autor não se comunica a co-partícipe não servidor, ainda que este tenha ciência da condição pessoal do autor;



d) inexistem crimes de descaminho se sobre as mercadorias internadas irregularmente no país não incidem tributos ou direitos aduaneiros.

45. Assinale a alternativa incorreta:

- a) nos termos da Lei n. 9.613, de 03/03/98, considera-se crime de “lavagem” de dinheiro, dentre outras condutas, a conversão em ativos lícitos de bens ou valores provenientes da prática de crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva;
- b) em relação ao crime de tortura, previsto na Lei n. 9.455, de 07/04/97, foi derogado o art. 2º, parágrafo 1º, da Lei n. 8.072, de 25/07/90, que prevê o cumprimento integral da pena em regime fechado;
- c) o condenado pela prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes poderá obter livramento condicional depois de cumprir mais de dois terços da pena, se não for reincidente específico em crime dessa natureza e desde que presentes os requisitos subjetivos para obtenção do benefício;
- d) nos termos do Código Penal, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, é efeito automático da sentença condenatória.

46. Tendo-se em conta as garantias processuais penais inscritas no art. 5º da Constituição Federal, é correto afirmar-se que:

- a) pode a autoridade administrativa decretar a prisão do estrangeiro submetido a processo de expulsão, para concluir o inquérito e assegurar a execução da medida;
- b) a interceptação de comunicações telefônicas, para prova em investigação criminal, pode ser autorizada pela autoridade policial que preside o inquérito;
- c) a prisão em flagrante por crime inafiançável não impede a concessão de liberdade provisória, quando a lei admitir;
- d) a confissão do acusado autoriza a presunção de culpabilidade, e seu silêncio equivale à confissão.

47. Assinale a proposição correta:

- a) nos inquéritos policiais instaurados pela Polícia Federal para apuração de crimes comuns, de competência da Justiça Federal, o prazo para conclusão, havendo réu preso, é de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, após apresentação do preso ao Juízo;
- b) o Juiz não está obrigado a atender pedido de arquivamento de inquérito policial formulado pelo Procurador Geral, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal;
- c) o Juiz deve rejeitar a denúncia se entender errônea a capitulação legal dada pelo órgão ministerial ao delito nela descrito;
- d) a existência de causa extintiva da punibilidade só pode ser reconhecida pelo Juiz quando da prolação da sentença, após regular instrução do processo.



48. Em matéria de competência, é correto afirmar-se que:

- a) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu;
- b) na determinação da competência por conexão ou continência, se houver concurso de jurisdições da mesma categoria e forem idênticas as penas cominadas aos delitos e o número de infrações praticadas, firmar-se-á a competência por prevenção;
- c) os crimes cometidos a bordo de embarcações, ressalvada a competência da Justiça Militar, serão processados e julgados pelo Juízo estadual da Comarca do primeiro porto brasileiro em que tocar a embarcação após o crime, ou, quando se afastar do país, pela do último em que tiver tocado;
- d) são da competência do Tribunal do Júri os crimes dolosos contra a vida, dentre eles o homicídio e o roubo qualificado pelo resultado morte.

49. Assinale a alternativa que não corresponde, em todos os seus termos, a entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado proferida por um dos Juízos conflitantes;
- b) compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada;
- c) a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado;
- d) compete à Justiça Federal processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) considera-se em flagrante o agente que é encontrado, logo depois do crime, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir seja ele o autor da infração;
- b) a ação controlada, como prevista na Lei n. 9.034, de 04/05/95, permite à autoridade policial retardar ou prorrogar a prisão em flagrante, nos crimes praticados por organizações criminosas;
- c) o Juiz deve conceder ao acusado liberdade provisória, se verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inoportunidade de quaisquer das hipóteses que autorizam a manutenção da constrição;
- d) se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do lapso prescricional, devendo o Juiz decretar a prisão preventiva do réu.

51. No procedimento comum, de rito ordinário, é correto afirmar-se que:

- a) após o interrogatório do réu deve a defesa, no prazo de três dias, oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas, que serão ouvidas após as testemunhas arroladas pela acusação;



- b) terminada a instrução o órgão ministerial, e depois a defesa, poderão requerer diligências, no prazo de três dias;
- c) as alegações finais serão oferecidas pela defesa no prazo de três dias, sendo que, se forem dois ou mais os réus, com defensores diferentes, o prazo será sucessivo de três dias para cada um deles;
- d) a sentença, em processo penal, só pode ser proferida por Juiz que presidiu a instrução.

52. Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar-se:

- a) as nulidades deverão ser argüidas no primeiro momento em que a parte manifestar-se nos autos, sob pena de serem consideradas sanadas;
- b) na sentença, o Juiz poderá dar ao fato nova definição jurídica, em razão de haver prova nos autos de circunstância elementar, não contida explícita ou implicitamente na denúncia, dispensada a oitiva prévia das partes;
- c) o prazo prescricional interrompe-se na data da publicação da sentença condenatória em mãos do escrivão, exceto se a sentença for publicada em audiência;
- d) a intimação da sentença condenatória, em caso de réu preso, pode ser feita ao réu ou ao seu defensor, sendo que o prazo recursal começa a fluir a partir da intimação do réu.

53. Assinale a alternativa correta:

- a) cabe Recurso em Sentido Estrito da decisão que rejeita a denúncia, da que concede ou nega Habeas Corpus e da que decreta prescrição ou julga, por outro modo, extinta a punibilidade;
- b) cabe apelação das sentenças definitivas de condenação ou absolvição, inclusive de absolvição sumária, proferida nos termos do art. 411 do Código de Processo Penal;
- c) será considerado deserto o recurso quando a defesa, embora regularmente intimada, não oferecer as razões no prazo legal;
- d) no caso de concurso de agentes, a decisão de recurso interposto por um dos réus em nenhuma hipótese aproveita aos demais.

54. Assinale a alternativa que não corresponde a dispositivo da lei de regência:

- a) no processo por crimes previstos na Lei n. 9.613, de 03/03/98, que trata da “lavagem” de dinheiro, o réu pode ser processado e julgado à revelia, não se aplicando a suspensão do processo e do curso prescricional como previsto no art. 366 do Código de Processo Penal;
- b) os condenados por crimes praticados em organização criminosa iniciarão o cumprimento da pena em regime fechado;
- c) nos crimes previstos na chamada “Lei de Crimes Hediondos”, é vedado ao Juiz conceder ao réu o direito de apelar em liberdade;



d) nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, previstos na Lei n. 7.492, de 16/06/86, a Comissão de Valores Mobiliários ou o Banco Central poderão ser admitidos como assistentes da acusação.

55. Assinale a alternativa correta:

- a) o órgão ministerial poderá propor a suspensão condicional do processo quando já dispuser dos elementos necessários ao oferecimento da denúncia, não sendo obrigatório o oferecimento formal da peça acusatória;
- b) cabe suspensão condicional do processo nos feitos de competência da Justiça Federal, desde que a pena privativa de liberdade cominada ao crime, em seu mínimo legal, não seja superior a um ano e o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, preenchidos os demais requisitos que autorizariam a concessão do “sursis”;
- c) pode ser concedida a suspensão condicional do processo ainda que o acusado esteja foragido ou seu paradeiro seja desconhecido, desde que o defensor constituído tenha poderes especiais para aceitar a proposta e as condições impostas;
- d) enquanto não criados os Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal não se aplicam, aos crimes sujeitos à sua competência, os dispositivos previstos na Lei n. 9.099, de 26/09/95, referentes à suspensão condicional do processo.

56. Por “represtinação” deve-se entender que:

- a) a lei nova tem sua vigência suspensa até o implemento da condição nela estipulada para sua eficácia plena;
- b) a lei não incide duplamente sobre o mesmo fato;
- c) a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- d) a lei posterior produz efeitos imediatos revogando as leis com ela incompatíveis.

57. Nos termos do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, aprovado pela Lei n. 8.078, de 11.09.90, para desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade fornecedora:

- a) o Juiz deve sempre exigir a ocorrência de fraude ou abuso de direito;
- b) o Juiz pode, em certos casos, prescindir da ocorrência de fraude ou do abuso de direito;
- c) o Juiz deve obrigatoriamente certificar-se da existência de um pedido prévio de falência do fornecedor;
- d) o Juiz deve aguardar a prévia decretação da falência do fornecedor.

58. A onerosidade excessiva, advinda de evento extraordinário e imprevisível, que dificulta o adimplemento da obrigação por uma das partes, é motivo de:

- a) resolução do contrato por estar subtendida a cláusula *rebus sic stantibus*;
- b) resolução por inexecução involuntária;
- c) anulabilidade do contrato;





d) rescisão contratual por retratação.

59. Assinale a alternativa que contém apenas pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Sociedade Comercial, Sociedade de Economia Mista e Ordem dos Advogados do Brasil;
- b) Sociedade de Economia Mista, Partido Político e Fundação Pública;
- c) Sociedade Religiosa, Fundação Pública e Sociedade de Economia Mista;
- d) Associação de Utilidade Pública, Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública.

60. Nos chamados contratos de consumo regidos pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), aprovado pela Lei n. 8.078, de 11.09.90:

- a) somente por iniciativa das Curadorias de Proteção ao Consumidor do Ministério Público as cláusulas abusivas poderão ser revistas, para o fim de adequá-las às disposições do CDC;
- b) só ao fornecedor é assegurado o direito de pleitear a revisão de cláusulas contratuais se delas decorrer onerosidade excessiva;
- c) por ser aplicável a esses contratos o princípio *pacta sunt servanda*, nem consumidor, nem fornecedor poderão se furtar ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, mesmo que algumas dessas cláusulas estabeleçam prestações desproporcionais;
- d) o rigor do dogma da intangibilidade do conteúdo do contrato (*pacta sunt servanda*) pode ser mitigado tanto para o consumidor, como para o próprio fornecedor, em hipóteses previstas no CDC das quais decorra onerosidade excessiva.

61. Na ordem em que são mencionadas, Estradas, Escolas Públicas e Jazidas são, respectivamente, exemplos de:

- a) bem público de uso especial, bem de uso comum e bem dominical;
- b) bem de uso comum, bem público de uso especial e bem dominical;
- c) bem dominical, bem público de uso especial e bem de uso comum;
- d) bem de uso comum, bem dominical e bem público de uso especial.

62. Um instrumento particular de mútuo pós-datado, celebrado efetivamente em 03.03.2001, no qual as partes incluem a data de 03.01.2001:

- a) independentemente da intenção das partes, ou de haver, ou não, violação à disposição de lei, deverá sempre ser anulado por configurar simulação prevista expressamente no Código Civil;
- b) não poderá ser declarado nulo, quando não houver a intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei;
- c) desde que requerido por uma das partes, poderá ser anulado judicialmente, uma vez que a simulação é considerada pelo Código Civil como um vício da vontade;
- d) tratando-se de mero empréstimo entre particulares, o ato não poderá, nem mesmo em tese, prejudicar terceiros e, conseqüentemente, não poderá ser declarado nulo.



63. Considerando os princípios que informam o direito processual civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional assegura não possa a lei excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito, além de que afasta a possibilidade de ser condicionado o exercício do direito de ação ao esgotamento das vias administrativas, somente podendo o juiz eximir-se de sentenciar se presente uma lacuna ou obscuridade da lei;
- b) o princípio do devido processo legal assegura o direito à citação, o direito ao contraditório e ampla defesa, o direito à publicidade dos atos processuais, bem como a igualdade entre as partes;
- c) o princípio do juiz natural garante não possa haver juízo ou tribunal de exceção, além de assegurar que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- d) o princípio da motivação das decisões judiciais alcança as sentenças e as decisões interlocutórias, sendo que a sua inobservância acarreta a nulidade do ato processual.

64. Não cabe ao juiz:

- a) determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte;
- b) dar curador especial ao réu preso e ao revel citado por edital ou com hora certa;
- c) declinar de ofício da competência em razão do valor e do território;
- d) recusar cumprimento à carta precatória, devolvendo-a com despacho motivado quando não estiver revestida dos requisitos legais, bem como quando carecer de competência, em razão da matéria ou da hierarquia, ou ainda, quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

65. Em se tratando de intervenção de terceiros, é incorreto afirmar que:

- a) quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos;
- b) aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou o possuidor;
- c) cabe denunciação da lide ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;
- d) é admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu, bem como dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles e, ainda, de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

66. Estando demonstrada nos autos a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, deve o juiz:



- a) suspender o processo por prazo indeterminado, aguardando a manifestação da parte;
- b) suspender o processo, marcando prazo razoável para ser sanado o defeito, sendo que, na hipótese de não ser sanado o vício, determinar o arquivamento provisório dos autos;
- c) extinguir desde logo o processo, dado o vício ser insanável;
- d) decretar a nulidade do processo, se o autor não sanar o defeito no prazo assinalado ou, então, reputar revel o réu, bem como excluir o terceiro do processo, se a algum deles competir a providência necessária à regularização, que não foi efetivada a tempo.

67. É incorreto afirmar, em se tratando de litisconsórcio, que:

- a) duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, no pólo ativo ou passivo, desde que entre elas haja comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, da mesma forma ocorrendo na hipótese de os direitos ou obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito, bem como havendo conexão entre as causas em razão do objeto ou causa de pedir, como também se ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito, sendo que se tiverem procuradores diferentes, os prazos serão contados em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos;
- b) o juiz pode limitar tanto o litisconsórcio facultativo como o necessário, sempre que o número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa, cabendo, nesses casos, a extinção do processo em relação aos litisconsortes excedentes;
- c) o litisconsórcio é necessário quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, e unitário quando resulta da existência de uma só lide a ser decidida, devendo integrar a relação processual, no pólo ativo ou passivo, ou em ambos, todos aqueles vinculados à lide;
- d) haverá assistência litisconsorcial quando a sentença houver de influir na relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido.

68. No que concerne ao pedido inicial, assinale a alternativa que não se apresenta correta:

- a) o pedido pode ser genérico não só na hipótese de ações universais, se o autor não tiver condições de individualizar na petição os bens demandados, como também nas ações de conhecimento em geral quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito, bem como na hipótese de a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu;
- b) é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, mas desde que sejam compatíveis entre si, o mesmo juízo seja o competente e o procedimento seja adequado para todos os pedidos;



- c) mesmo não havendo pedido expresso, deve o juiz compreender no principal os juros legais, além da correção monetária, sendo que, se a obrigação consistir em prestações periódicas, as vincendas estarão incluídas no pedido, mesmo que ausente declaração expressa nesse sentido;
- d) antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, sendo que após o chamamento inicial, a alteração do pedido ou da causa de pedir somente será permitida com o consentimento do réu e até o momento da prolação da sentença.

69. O juiz, na condução do processo, não deve:

- a) ouvir o réu-reconvinte, facultando-lhe a produção de prova documental, quando argüidas preliminares pelo autor-reconvindo em sua defesa, da mesma forma não há de ser concedida essa oportunidade se o autor-reconvindo, reconhecendo o fato em que se fundou a reconvenção, outro lhe opuser impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu-reconvinte;
- b) determinar a citação pessoal do auto-reconvindo, mas simplesmente dar ciência ao seu advogado, devendo, no entanto, citar novamente o réu revel, quando proposta ação declaratória incidental pelo autor;
- c) no procedimento ordinário, não obtida a conciliação na audiência designada para esse fim, fixar os pontos controvertidos, decidir as questões processuais pendentes e determinar as provas a serem produzidas, marcando audiência de instrução e julgamento, se necessário;
- d) processar durante as férias os atos de jurisdição voluntária, bem como as ações de desapropriação.

70. Em matéria de preclusão, é dado afirmar ser incorreta a alternativa:

- a) a preclusão é um fenômeno que atinge as decisões interlocutórias e as faculdades conferidas às partes com prazo certo de exercício, não atingindo os despachos que, por não disporem sobre direitos ou interesses das partes, podem ser revistos ou revogados livremente pelo juiz;
- b) se, depois da propositura da ação, sobrevier algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, capaz de influir no julgamento da lide, não poderá o juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença, em face da preclusão operada;
- c) decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar o ato, independentemente de declaração judicial, restando, no entanto, a possibilidade de ser provado pela parte que não o realizou por justa causa;
- d) a preclusão consumativa decorre do fato de já ter sido utilizada a faculdade processual, com ou sem proveito para a parte, não sendo, assim, possível tornar a realizar o ato, ao passo que a preclusão lógica deflui da incompatibilidade entre o ato praticado e outro, que se queira praticar também, e a preclusão *pro judicato* resulta da circunstância de que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide.



71. Em se tratando de antecipação de tutela prevista no artigo 273 do CPC, assinale a alternativa incorreta:

- a) a antecipação de tutela não pode ser concedida de ofício, sendo facultado ao autor formular o pedido tanto na petição inicial como em qualquer outra fase do processo, desde que não se tenha alcançado a execução forçada da sentença final, cabendo inclusive o pleito em grau de recurso;
- b) não deve o juiz conceder antecipação de tutela, com caráter satisfativo, no âmbito do processo cautelar, a despeito de preenchidos os requisitos pertinentes à verossimilhança do direito invocado e “periculum in mora”, e mesmo que não caracterizada a irreversibilidade do provimento;
- c) o pedido de antecipação de tutela pode ser formulado pelo autor, pelo réu-reconvinte, pelo oponente, como também pelo réu nas chamadas ações dúplices;
- d) o juiz, utilizando-se de seu poder geral de cautela, pode conceder antecipação de tutela, para evitar o perecimento de direito, sendo que nesse caso não haverá necessidade de pedido expresso do autor, desde que, existindo prova inequívoca, fique convencido a respeito da verossimilhança do direito e resulte presente o “periculum in mora”.

72. Em matéria de pressupostos processuais, é errado afirmar que:

- a) o juiz deve verificar, em primeiro lugar, se concorrem as condições da ação, para, em seguida, analisar a presença dos pressupostos processuais de existência e validade da relação processual;
- b) a legitimidade *ad processum* é pressuposto de validade do processo e não se confunde com a capacidade de ser parte, nem tampouco com a capacidade postulatória;
- c) a ausência de pressupostos processuais pode ser alegada pela parte, mas, se não o fizer, responderá pelas custas decorrentes do retardamento, cabendo ao juiz conhecer da matéria de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição;
- d) são pressupostos processuais negativos a litispendência, a coisa julgada e a perempção.

73. Em tema de competência da Justiça Federal, assinale a alternativa correta:

- a) as sociedades de economia mista, cujo capital social seja preponderantemente da União, têm suas causas afetas à competência da Justiça Federal;
- b) os mandados de segurança contra ato ilegal e abusivo de autoridade federal, lotada em lugar que não seja sede de vara da Justiça Federal, devem ser julgados pela Justiça Estadual;
- c) ajuizando o segurado causa contra o INSS perante a Justiça Estadual do lugar onde não é domiciliado, a incompetência registrada na hipótese é de natureza territorial e, portanto, relativa, não podendo o juiz decliná-la de ofício;



d) distribuída a juiz federal ação previdenciária proposta por segurado domiciliado em cidade onde não haja vara da Justiça Federal, não poderá declinar de ofício da competência e determinar a remessa à Justiça Estadual do domicílio do segurado.

74. Assinale a alternativa incorreta, considerando o processo de execução:

a) a remição da execução consiste no direito conferido ao devedor de pagar ou consignar a importância devida, antes de arrematados ou adjudicados os bens que estão penhorados, e não se confunde com a remição de bens, que é direito não atribuído ao devedor, nem tampouco se confunde com a remissão de dívida, que é o perdão concedido pelo credor ao devedor;

b) é nula a execução se o título não for líquido, certo e exigível, bem como se o devedor não for regularmente citado e, ainda, se for iniciada sem a prova de que se realizou a condição ou termo, em se tratando de relação jurídica que contém essa ordem de subordinação;

c) na execução fiscal, o executado será citado para, em cinco dias, pagar a dívida e os acessórios, sendo que o prazo para a oposição de embargos é de trinta dias contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora;

d) a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública fica sujeita a concurso de credores e habilitação somente na falência e concordata, sendo que se verifica exclusivamente entre as pessoas jurídicas de direito público.

75. Assinale a alternativa incorreta:

a) na ação civil pública, é possível a concessão de tutela antecipada, bem como a propositura de ação cautelar, além de que pode ser precedida de inquérito civil público;

b) a ação civil pública pode ser utilizada para proteção dos interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência, sendo que a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos enquanto não confirmada pelo tribunal;

c) a ação popular pode ser proposta pelo cidadão e pela pessoa jurídica visando anular não só ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, como também à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

d) as ações coletivas não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultrapartes* não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

76. Ao juiz é vedado, ao prolatar a sentença:

a) julgar conjuntamente a pretensão deduzida na ação declaratória incidental, na petição inicial e na reconvenção;

b) decidir separadamente a exceção de incompetência, a impugnação ao valor da causa e a lide principal;



- c) apreciar em primeiro lugar as preliminares, em seguida as prejudiciais e, por fim, o pedido;
- d) julgar causa diferente da que foi posta em juízo, face ser *extra petita*, nem tampouco decidir mais do que foi pedido em razão de caracterizar decisão *ultra petita*, e nem mesmo deixar de apreciar todo o pedido, dado resultar em decisão *citra petita*, sendo defeso, também, proferir sentença ilíquida quando o autor tiver formulado pedido certo.

77. É incorreto afirmar, em se tratando de procedimento sumário:

- a) o juiz, na audiência, decidirá de plano a impugnação ao valor da causa e a controvérsia sobre a natureza da demanda, determinando, se for o caso, a conversão do procedimento em ordinário;
- b) não se admite ação declaratória incidental, intervenção de terceiro, salvo assistência e recurso de terceiro prejudicado, nem tampouco reconvenção, sendo lícito, no entanto, ao réu formular pedido em seu favor na própria contestação;
- c) não pode ser adotado esse rito nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas e na ação discriminatória de terras devolutas da União;
- d) o juiz deve, inicialmente, designar audiência de conciliação, citando-se o réu e determinando o comparecimento das partes, sendo que, não obtida a conciliação, havendo necessidade de produção de prova oral e não ocorrendo as hipóteses dos artigos 329, 330, I e II, do CPC, será designada audiência de instrução e julgamento, com o detalhe de que das decisões sobre matéria probatória, bem como de outras proferidas nessa oportunidade, o agravo será sempre retido.

78. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro vigente, para reger obrigação com elemento estrangeiro, celebrada entre ausentes, aplica-se:

- a) a lei do local de constituição do ato;
- b) a lei do local de execução do ato;
- c) a lei escolhida pelas partes e, à falta desta, a lei do local de constituição do ato;
- d) a lei escolhida pelas partes e, à falta desta, a lei do local de execução do ato.

79. A capacidade para suceder, em se tratando de fatos anormais, nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro atualmente em vigor, será regulada por:

- a) a lei do último domicílio do *de cujus*;
- b) a lei do local do falecimento do *de cujus*;
- c) a lei do domicílio do herdeiro;
- d) a lei escolhida pelo *de cujus*, de acordo com o princípio da autonomia da vontade, no testamento.

80. Quanto a bens imóveis, é correto afirmar que, em observância à Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro vigente:



- a) a sentença estrangeira que verse sobre imóvel situado no Brasil, neste país será executável, desde que preenchidos os requisitos para homologação de sentença estrangeira e desde que não haja ofensa à ordem pública nacional;
- b) a sentença estrangeira que verse sobre imóvel situado no Brasil, neste país será executável desde que não ofenda a ordem pública nacional, seja traduzida por tradutor juramentado devidamente habilitado e registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente;
- c) a sentença estrangeira que verse sobre imóvel situado no Brasil, neste país será executável desde que a lei aplicada ao processo tenha sido a brasileira;
- d) a sentença estrangeira que verse sobre imóvel situado no Brasil não será passível de execução neste país.

81. As convenções internacionais celebradas pelo Presidente da República, consoante a Constituição Federal em vigor:

- a) entram em vigor automaticamente, bastando sua publicação, por duas vezes, no Diário Oficial;
- b) estão sujeitas ao referendo do Congresso Nacional;
- c) estão sujeitas à ratificação do Ministério das Relações Exteriores;
- d) ao Presidente da República não compete celebrar tratados.

82. São brasileiros natos, em virtude da Constituição Federal de 1.988 e alterações posteriores:

- a) todos aqueles nascidos na República Federativa do Brasil;
- b) os nascidos no estrangeiro, filhos de pais brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro, filhos de pais brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, antes de completar 18 (dezoito) anos, pela nacionalidade brasileira;
- d) os nascidos no estrangeiro, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

83) Em se tratando de financiamento da seguridade social, assinale a alternativa incorreta:

- a) as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão incidir sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, bem como sobre a receita ou o faturamento e o lucro;
- b) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social não poderão ser exigidas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou modificou;





- c) as contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social não incidirão sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social;
- d) a diversidade de bases de financiamento está prevista na Constituição Federal e significa que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais dos empregadores, trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos.

84. Considerando os princípios e regras gerais pertinentes à seguridade social, assinale a alternativa incorreta:

- a) o princípio da uniformidade determina que o elenco de prestações devidas ao trabalhador urbano seja o mesmo atribuído aos trabalhadores rurais;
- b) a regra da contrapartida impõe que nenhum benefício ou serviço da seguridade social possa ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, estando nessa regra incluído o benefício de assistência social;
- c) as entidades beneficentes de assistência social, que atendam as exigências estabelecidas em lei, gozam de imunidade subjetiva referente às contribuições pertinentes à seguridade social;
- d) o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios significa que a seguridade social deve atender a todas as pessoas, de molde a que a proteção alcance todos aqueles que se encontrem em situações consideradas pela lei como de risco social.

85. Não são considerados dependentes do segurado:

- a) o cônjuge separado ou divorciado, desde que não receba alimentos do segurado;
- b) a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, menor de vinte e um anos ou inválido;
- c) os pais, comprovada a dependência econômica;
- d) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido, o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

86. Tratando-se de carência, é incorreto afirmar que:

- a) o período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, sendo que, havendo a perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores só serão computadas depois que o segurado alcançar, a partir da nova filiação à Previdência Social, no mínimo, 1/3 do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício pleiteado;
- b) o período de carência para a concessão de auxílio-doença é de doze contribuições mensais;



- c) o período de carência para a concessão de aposentadoria por invalidez é de vinte e quatro contribuições mensais;
- d) o período de carência da aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e a especial é de cento e oitenta contribuições mensais, à exceção daqueles que já eram filiados ao sistema da Previdência Social até 24 de julho de 1991, que obedecerá à tabela própria.

87. Em se tratando de aposentadoria por invalidez, não é correto afirmar que:

- a) o benefício é de trato continuado, cabendo a sua concessão quando verificada a incapacidade total e definitiva do segurado para o trabalho, sendo que para esse efeito não pode ser considerada doença ou lesão existente antes da filiação, a menos que resultante de progressão ou agravamento do mal;
- b) benefício não é de caráter totalmente definitivo, posto que se nos exames periódicos, a que venha a se submeter o aposentado, resultar demonstrada a recuperação da capacidade laborativa, independentemente da idade do beneficiário, é de ser cassado o benefício;
- c) o retomo voluntário ao trabalho do aposentado por invalidez implica o cancelamento automático da aposentadoria por invalidez, a partir da data do retorno;
- d) quando a recuperação for parcial ou mesmo quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso daquele que habitualmente exercia, a aposentadoria por invalidez não será mantida, cabendo somente a percepção de auxílio-doença.

88. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a aposentadoria por tempo de serviço, com a Emenda Constitucional n. 20, de 15.12.1998, transformou-se em aposentadoria por tempo de contribuição, sendo exigida do segurado a comprovação de trinta e cinco anos de contribuição, se do sexo masculino, ou trinta, se do sexo feminino, não tendo sido resguardado, nessa alteração constitucional, o direito adquirido aos que já tivessem cumprido os requisitos para a obtenção do benefício com base nos critérios da legislação anterior;
- b) a aposentadoria por idade será dada ao segurado que completar sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;
- c) o professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, terá sua aposentadoria por tempo de contribuição aos trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher;
- d) fator previdenciário é encontrado tomando-se em consideração a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição, conforme critérios constantes em lei.

89. Assinale a alternativa que não guarda pertinência com o auxílio-doença:



- a) trata-se de benefício devido em decorrência de incapacidade total e temporária para o trabalho, por mais de quinze dias;
- b) o início do pagamento pelo órgão de previdência social para o segurado é o décimo-sexto dia de afastamento, sendo que os primeiros quinze dias são pagos pelo empregador, e o benefício previdenciário consistirá numa renda mensal de oitenta por cento do salário-de-benefício;
- c) para os segurados contribuinte individual, avulso, especial e o doméstico, o termo *a quo* do pagamento do auxílio-doença corresponde ao início da incapacidade, salvo em se tratando de segurado que requeira o benefício já afastado da atividade por mais de trinta dias, quando, então, será devido a partir da protocolização do pedido;
- d) o segurado em gozo de auxílio-doença, não sendo suscetível de recuperação para a sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, cessando o benefício quando considerado habilitado para esse fim em atividade que lhe garanta a subsistência.

90. Assinale a alternativa incorreta, tratando-se de pensão por morte:

- a) consiste num benefício devido ao conjunto de dependentes do segurado, aposentado ou não, enquanto persistir a situação de dependência;
- b) consiste numa renda mensal correspondente a cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia em vida ou do valor daquela que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data do falecimento;
- c) no rateio da pensão por morte, ao cônjuge sobrevivente será devido o benefício na proporção de cinquenta por cento, e o restante dividido, em partes iguais, aos demais dependentes;
- d) reverterá em favor dos demais à parte daquele cujo direito à pensão cessar, sendo que a parte individual da pensão extingue-se pela morte do pensionista e, para o filho, pessoa a ele equiparada ou o irmão, pela emancipação ou ao completar vinte e um anos de idade, salvo se inválido, bem como para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.

91. Para efeito de contagem de tempo de serviço, é incorreto afirmar que:

- a) é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;
- b) para efeito dos benefícios previstos no regime geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente;
- c) não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;
- d) o tempo de serviço militar, bem como aquele em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez não podem ser computados para efeito de



contagem de tempo de serviço, visando à obtenção de aposentadoria por tempo de serviço.

92. Em se tratando do benefício de assistência social, assinale a alternativa incorreta:

- a) consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- b) o benefício pode ser acumulado somente com o decorrente de pensão por morte;
- c) a condição de segurado não é requisito para a sua concessão;
- d) falecendo o titular do benefício de assistência social, não há transferência aos seus dependentes.

93. A proteção judicial do ponto comercial, nos termos dos arts. 51 e 71 da Lei n. 8.245, de 18.10.91, conhecida como Lei do Inquilinato, pode se fundar:

- a) na vedação legal ao alienante do estabelecimento comercial de concorrer com o adquirente;
- b) na vedação a terceiros de instalarem estabelecimentos comerciais concorrentes em local próximo;
- c) na ação revisional de aluguel;
- d) no direito do locatário à renovação do contrato, se preenchidos os requisitos da locação empresarial.

94. São requisitos necessários e suficientes para que a compra e venda seja considerada mercantil:

- a) deve haver contrato escrito, assinado pelas partes e duas testemunhas, no qual as mesmas acordem quanto à coisa, ao preço e às condições do contrato;
- b) o comprador deve ser comerciante, a coisa não pode ser futura e deve haver intenção de revenda ou aluguel da coisa;
- c) o comprador deve ser comerciante; a coisa deve ser móvel ou semovente e deve haver intenção de revenda ou de aluguel da coisa;
- d) as partes devem acordar quanto à coisa, ao preço e às condições do contrato e a coisa deve necessariamente ser semovente.

95. São bens industriais patenteáveis:

- a) o modelo de utilidade e o desenho industrial;
- b) a invenção e o desenho industrial;
- c) a invenção e as marcas;
- d) a invenção e o modelo de utilidade.

96. Para garantir os direitos dos credores não acionistas da sociedade cindida, anteriores à cisão, a Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) prevê:



- a) que todas as sociedades envolvidas na operação passem a responder, solidariamente, pelas dívidas da cindida;
- b) que os credores da cindida têm direito de voto na assembléia geral que aprovar a cisão;
- c) que o credor que notificar a sociedade no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação dos atos de cisão terá, por essa razão, direito de preferência no pagamento de seu crédito em relação aos demais credores;
- d) que a cisão depende do prévio consentimento unânime de todos os credores da sociedade cindida reunidos em assembléia especial.

97. De acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), no tocante à forma de circulação, as ações classificam-se em:

- a) nominais, escriturais, ao portador e endossáveis;
- b) nominativas e escriturais;
- c) ordinárias, preferenciais e de fruição;
- d) nominativas, escriturais, ordinárias e preferenciais.

98. São direitos essenciais dos acionistas, que não podem ser suprimidos nem pelo estatuto social, nem pela assembléia geral:

- a) participação nos lucros sociais; fiscalização da gestão dos negócios sociais; preferência para a subscrição de ações; retirada da sociedade nos casos previstos em lei e livre transferência das ações;
- b) voto nas deliberações da assembléia geral; participação nos lucros sociais; participação no acervo da companhia em caso de liquidação; fiscalização da gestão dos negócios sociais e retirada da sociedade nos casos previstos em lei;
- c) livre transferência das ações; voto nas deliberações da assembléia geral; participação nos lucros sociais; fiscalização da gestão dos negócios sociais e retirada da sociedade nos casos previstos em lei;
- d) participação nos lucros sociais; participação no acervo da companhia em caso de liquidação; fiscalização da gestão dos negócios sociais; preferência para a subscrição de ações e retirada da sociedade nos casos previstos em lei.

99. Depende de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil a prática, pelo liquidante de instituição financeira em liquidação extrajudicial, dos seguintes atos:

- a) nomeação e demissão de funcionários;
- b) oneração ou alienação dos bens da massa;
- c) propositura de ação revocatória;
- d) encaminhar ao órgão do Ministério Público elementos de prova da prática de contravenções penais ou crimes por parte dos antigos administradores e membros do Conselho Fiscal.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Comissão de Concurso  
X Concurso

100. Não é órgão integrante do Sistema Financeiro Nacional, submetido ao Conselho Monetário Nacional:

- a) a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- b) a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- c) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- d) as instituições financeiras públicas e privadas.



## Gabarito da Primeira Prova Escrita do X Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	B	21	B	41	C	61 *	B	81	B
2	D	22	C	42	A	62	B	82 *	B e D
3	D	23	B	43	C	63	A	83	B
4	D	24	B	44	C	64	C	84	D
5	B	25	A	45	D	65	B	85	A
6	C	26	D	46	C	66	D	86	C
7	C	27	B	47	A	67 *	B e C	87	D
8	B	28	C	48	B	68	D	88	A
9	B	29	B	49	D	69	B	89	B
10	C	30	C	50	D	70	B	90	C
11	C	31	C	51	A	71	D	91	D
12	C	32	C	52	C	72	A	92	B
13	C	33	A	53	A	73	D	93	D
14	A	34	D	54	C	74	D	94	C
15	C	35	B	55	B	75	C	95	D
16	D	36	A	56	C	76	D	96	A
17	C	37	A	57	B	77	C	97	B
18	C	38	D	58	A	78	A	98	D
19	D	39 *	C e D	59	D	79	C	99	B
20	A	40	B	60	D	80	D	100	B

(\*) Questões revisadas pela Comissão de Concurso.